

---

## Profissionalização de pobres em escolas católicas do Rio de Janeiro no século XIX

---

## Professionalization of the poor in Catholic schools in Rio de Janeiro in the 19th century

---

## La profesionalización de los pobres en las escuelas católicas de Río de Janeiro en el siglo XIX

---

Martins, Marco Aurélio Corrêa<sup>1</sup> (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)  
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-3362-1300>

### Resumo

Duas escolas católicas, fundadas nas décadas finais do Império, foram especificamente profissionalizantes: Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, feminina, fundada em Petrópolis e Escola Santa Rosa, masculina, fundada em Niterói. A análise procurou observar o tipo de profissionalização proposta no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre e o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial. Uma pesquisa bibliográfica, com fontes apontadas por publicações próprias dessas escolas, permite observar, na história por elas narradas, as questões propostas pelo artigo que incluem alguns fatores pedagógicos que pudessem intervir na instrução do trabalhador, no tipo de profissionalização ofertada, na visão da pobreza e desvalimento para o socorro pela caridade e sua interseção com os projetos de educação ou sua ausência. Com Marshall (1967) e Carvalho (2015) busca-se colocar essa trajetória escolar no contexto da formulação do direito social à educação e com Paul Ricoeur (2010), compreender as bases da proposta de intervenção educacional para a nova relação de trabalho que estava na expectativa da sociedade do momento.

**Palavras-chave:** Educação católica; Educação profissional; Abolição da Escravatura; Religião e Educação.

### Abstract

Two Catholic schools, founded in the final decades of the Brazilian Empire, were specifically vocational: Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, female, founded in Petrópolis and Escola Santa Rosa, male, founded in Niterói. The analysis sought to observe the type of professionalization proposed in the context of the transition from slave labor to free labor and the development of an urban-industrial society. A bibliographic research, with sources pointed out by publications specific to these schools, allows us to observe, in the history they narrate, the questions proposed by the article that included some pedagogical factors that could intervene in the education of the worker, in the type of professionalization offered, in the view of poverty and disadvantage for aid for charity and its intersection with education projects or their absence. With Marshall (1967) and Carvalho (2015) we seek to place this school trajectory in the context of the formulation of the social right to education and with Paul Ricoeur (2010), to understand the bases of the educational intervention proposal for the new working relationship that was in the expectation society of the moment.

**Keywords:** Catholic education; Professional education; Abolition of Slavery; Religion and Education.

### Resumen

---

<sup>1</sup>Professor do Departamento de Fundamentos da Educação da Escola de Educação/Centro de Ciências Humanas da UNIRIO. [marcoareliocorrearmartins@gmail.com](mailto:marcoareliocorrearmartins@gmail.com)

---

Dos escuelas católicas, fundadas en las últimas décadas del Imperio brasileño, fueron específicamente vocacionales: Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, femenina, fundada en Petrópolis y Escola Santa Rosa, masculina, fundada en Niterói. El análisis buscó observar el tipo de profesionalización propuesta en el contexto de la transición del trabajo esclavo al libre y el desarrollo de una sociedad urbano-industrial. Una investigación bibliográfica, con fuentes señaladas por publicaciones específicas de estas escuelas, nos permite observar, en la historia que narran, las preguntas propuestas por el artículo que incluyen algunos factores pedagógicos que podrían intervenir en la educación del trabajador, en el tipo de profesionalización ofrecida, en vista de la pobreza y la desventaja, para ayuda por la caridad y su intersección con proyectos educativos o su ausencia. Con Marshall (1967) y Carvalho (2015) se busca ubicar esta trayectoria escolar en el contexto de la formulación del derecho social a la educación y con Paul Ricoeur (2010), comprender las bases de la propuesta de intervención educativa para la nueva relación laboral que esperaba la sociedad del momento.

**Palabras clave:** Educación católica; Educación profesional; Abolición de la esclavitud; Religión y educación.

## Introdução

Nas duas últimas décadas do Império, até o final século XIX, e em cada uma delas, destacamos uma iniciativa de escolarização de crianças pobres na Província do Rio de Janeiro. Com ênfases diferentes quanto ao público e a área de formação, essas escolas foram analisadas sob o ponto de vista da profissionalização projetada e realizada sob os auspícios de religiosos católicos.

No final da década de 1860, o Padre Siqueira iniciou um projeto de construção de uma escola doméstica para meninas pobres, órfãs e desvalidadas na cidade de Petrópolis. Essa escola foi inaugurada em 1871 e funciona até o presente com outras características. Essa era uma escola feminina e se propunha a dois tipos de profissões: trabalhos domésticos e formação de professoras. Era uma escola totalmente gratuita.

Na década de 1880, por insistente iniciativa do bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda foi fundado em Niterói, pelos padres Salesianos, um colégio que ensinava artes e ofícios a meninos pobres. Era uma escola que cobrava pensão, alegadamente módicas, além de receber alunos gratuitos oriundos do Estado e da pastoral católica.

Nessa abordagem bibliográfica, tomamos algumas obras publicadas pelas próprias ordens religiosas mantenedoras das escolas, atentos ao conceito de “documento-monumento” de Le Goff, mas amparados na filosofia da história de Paul Ricoeur (2010), tendo em vista a experiência, a expectativa e a tradição católica.

---

Também avistamos a análise da constituição dos direitos sociais por Marshall (1967) e Carvalho (2015).

A abordagem da educação profissionalizante católica não é bastante explorada em uma visão de conjunto. De certo, aqui damos apenas primeiros passos. Essa pesquisa nasceu dentro de um estudo sobre a escolarização católica no Rio de Janeiro cujo trabalho inicial foi categorizar os tipos de escolas encontradas no Segundo Império e Primeira República. Esta pesquisa utiliza-se dos jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e em pesquisa bibliográfica. Recentemente, com a cada vez maior disponibilização de obras e documentos digitalizados, mais fatores vão se incorporando à análise.

### **Quando a profissionalização instrui ou forma o trabalhador**

Uma característica geral da educação na segunda metade do século XIX é a atuação de escolas particulares e a ausência do Estado como formulador de políticas educacionais. Em 1854, o Visconde do Bom Retiro, Ministro Couto Ferraz tentou uma reforma do ensino a qual somente vigorou como decreto-lei relativo ao Município Neutro, o Rio de Janeiro, capital imperial. Essa reforma, segundo Azevedo (1943 p. 354), quebrava o impulso de um liberalismo “vigoroso na Regência e uma queda, ainda no domínio educacional, com o decreto de Couto Ferraz teve uma violenta reprise com os decretos de 20 de abril de 1878 e de 19 de abril de 1879”. A reprise e os decretos a que se refere é a reforma Leôncio de Carvalho, também restrita à Corte na forma de Decreto Lei.

Rocha (2010) identificou, na primeira proposta de Couto Ferraz, um investimento numa lei comum de educação nacional, pela qual o Estado assumiu o controle da oferta escolar, certificando e organizando o ensino, autorizando escolas, diretores e professores, o ensino e criando a inspeção estatal aos estabelecimentos particulares e públicos. Para a reforma Leôncio de Carvalho de 1879, esse autor apontou, como Azevedo, a prevalência de um liberalismo mais radical para o qual a educação escolar não compete ao Estado e deveria limitar-se a incentivar a iniciativa social. Estaria esse legislador imbuído dos ideais de *self made man* de Benjamin

---

Franklin. A cidadania não deveria ser atribuída, mas conquistada. Ao ter retirado acesso dos analfabetos ao voto, em 1881, difundiu-se a necessidade de acesso às “luzes” para a participação política, ou seja, para a inclusão em um tipo clivado de cidadania somente reconhecida aos “letrados” estabelecendo, portanto, uma ideia de insuficiência cívica do povo baseada num conceito de “incúria” associada ao analfabetismo.

Entre essas duas reformas, a de Couto Ferraz e a de Leôncio de Carvalho, algumas outras tentativas aconteceram em 1870 com Paulino Souza, em 1873 com Antônio Cândido da Cunha Leitão, em 1874 com João Alfredo. Essas três reformas (In BARBOSA, 1942), somadas à do Couto Ferraz trazem em comum a questão da atuação estatal na educação, colocando em questionamento a descentralização do ensino que era a marca do Ato Adicional de 1834. Todos esses projetos de reforma são de políticos ligados ao Partido Conservador e, a despeito das diferentes nuances, visam a manter ou aumentar a responsabilidade do Estado sobre a educação pública de caráter nacional, nos diversos níveis, formativa do indivíduo que se pretendia ser o brasileiro, sintonia com os projetos nacionais de educação. No entanto, Rocha (2010) percebeu em alguns desses reformadores, diferenciações que os afastam da matriz de referência de Couto Ferraz e apontam para a mudança de visão que se consolidou na reforma liberalizante de Leôncio de Carvalho, especialmente a matriz do “livre ensino” no sentido de “livre oferta”.

Preocupados que estiveram com a educação elitista voltada para as artes liberais, os governantes do Segundo Império sucederam-se em projetos descontínuos, de “influências transitórias”, segundo Azevedo (1943, p.349-357). Para ele, os colégios particulares se constituíam em redutos de inovações pedagógicas, mas voltados para pedagogias estrangeiras, pela atração de professores estrangeiros, restritos a um alcance local e voltados mais para a inovação “em si” do que para a produção de técnicas relativas a novos fins sociais ou políticos. O Colégio Pedro II, referência do ensino público, foi criado e mantido, por longo tempo, sob a influência eclesiástica. Para esse autor, a introdução do protestantismo deu ares pedagógicos progressistas à educação brasileira; a questão em análise era sobre a domesticação

---

intelectual na vista que possuía da educação católica e na emancipação intelectual que via na educação protestante. Em Minas Gerais, exemplifica o autor, sem a concorrência dos colégios particulares, manteve-se um caráter conservador da instrução, predominando os valores dos velhos estudos humanísticos, com rigor disciplinar e fidelidade à tradição. Essa a face geral do ensino médio no Brasil.

Na análise de Fernando Azevedo, são aspectos relativos à educação em geral no século XIX: a ausência de uma política pública, sequer de uma legislação nacional para a educação, ausência de um projeto de educação voltado para a formação do povo brasileiro do ponto de vista da nacionalidade, conforme já buscavam fazer as nações tidas como modernas, mantendo-se um ensino bacharelesco, voltado para valores próprios das classes nobres, conservador do ponto de vista pedagógico, embora preocupado com a inovação e, também, do ponto de vista moral pela influência eclesiástica. A crítica ao bacharelismo fica bem clara na análise de Azevedo ao famoso Parecer 64 de Ruy Barbosa, a quem atribui brilhantismo oratório e conhecimento livresco das grandes obras educacionais nos principais países de então, mas distante da realidade prática do que acontecia no país, embora reconheça que os Pareceres alargaram o horizonte para novas perspectivas de educação no Brasil<sup>2</sup>. Para a ausência de uma política pública, Azevedo analisou o perfil cultural de Pedro II o qual garantia um penhor pela ciência e diversificação de obras culturais, mas afirmou:

Em toda essa obra de ensino e de cultura, que se desenvolveu num ritmo irregular, sob o influxo da iniciativa privada, o governo imperial exerceu um papel mais incentivador do que empreendedor, que apresentava qualquer cousa de patriarcal na assistência dada às intuições espirituais (AZEVEDO, 1943, p.351).

No quadro desenhado por Azevedo, não se pode encaixar uma educação profissional. De modo que se tornou necessário buscar explicações em outros contextos. Como a escola profissional se relaciona com o trabalho, parece pertinente

---

<sup>2</sup> Não pretendemos discutir a crítica de Azevedo a Ruy Barbosa, apenas a indicamos para dar lastro à análise que o primeiro veiculou e usamos como motor deste texto.

---

tentar entender o contexto no qual pretendemos colocar as escolas católicas de formação profissional do século XIX.

A educação profissional no Brasil foi impactada pela escravidão, pois as relações de trabalho na segunda metade do XIX trazem, mais agudamente, as contradições da transição projetada para o fim da escravidão. Esse é um aspecto importante para a compreensão da questão. Alguns historiadores já fizeram análises comparativas sobre como a escravidão impactou os salários e as relações de trabalho no Brasil. A lei de terras de 1850 deixava poucas possibilidades de um trabalhador rural buscar sua própria plantação para não deixar sem braços o latifúndio sobre o qual se fundou a lavoura cafeeira. A lei do Ventre Livre colocou um componente crucial nessa questão: a data de validade da escravidão. A abolição poderia demorar até que os escravos nascidos antes da lei fossem libertados em, no máximo 60 anos, embora a libertação total devesse acontecer antes disso, como de fato o foi. Tal situação colocou duas questões: o que fazer com os ingênuos e como substituir a mão de obra escrava por mão de obra livre? Nesse contexto, para muitos, a escola era uma possibilidade de encaminhar as duas questões.

Como não é nosso propósito ser extensivo nessas questões, mas deixar indicadas as interferências para o entendimento da escola profissionalizante, tomamos os textos de Nascimento (2017) e Ferreira (2015), nos quais foi abordada a escola rural nos Congressos Agrícolas de 1878 no Rio de Janeiro e em Recife. Nascimento (2017) apontou para a diversidade de posições relacionadas à variedade econômica que a causa envolvia: de um lado áreas agrícolas em crise de capitais, demandando aportes e apoios do governo e de outro lado lavouras em pleno desenvolvimento econômico<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Sobre esse tema, como ilustração, um trabalho de SARAIVA (2001) fazendo análise da transição da mão de obra na Zona da Mata Mineira entre 1870 e 1900, a área cafeeicultora daquele estado, aponta para a inexistência de uma crise econômica grave naquela região. Para esse autor, a imigração incentivada para a região concentrou os estrangeiros nos centros urbanos, dentre outros elementos que o levam a afirmar não haver grandes dificuldades com falta de mão de obra e, por isso, seus representantes no Congresso Agrícola defendiam a manutenção da mão de obra já ali assentada.

Nesse sentido, é interessante a posição apontada por Ferreira (2015, p. 35) de um representante da Zona da Mata Mineira, Júlio de Moraes Carneiro afirmando que o braço local era o mais barato e viável já que lhe faltava somente os hábitos de trabalho que lhes deveria ser "inoculados". Júlio Maria não era fazendeiro como deduziu esse autor, era Promotor Público em Mar de Espanha à época e se tornou figura pública bastante conhecida uma dúzia de anos depois, como Padre Júlio Maria. (ALBUQUERQUE, 1994).

Uma das perspectivas anotadas por Nascimento (2017), para a solução prevista, era a “recuperação” dos ingênuos e demais homens livres, através de leis coercitivas e reclamava do Estado a correção sobre os considerados “vadios”. Para os escravocratas, não era necessário escolas para agricultores pois, para tal, bastava saber pegar na enxada. Outras propostas visavam a criar escolas e institutos onde se formariam os filhos dos agricultores que poderiam substituir a mão de obra cativa e com o desenvolvimento de tecnologias novas que melhorassem a produtividade. Essa perspectiva foi especialmente colocada no Congresso do Nordeste, onde muitos escravos foram vendidos para o sudeste.

Ferreira (2015), por sua vez, diversificou mais os temas dos Congressos dos quais destacamos a ênfase, ou não, na imigração para a qual as discussões se colocaram entre a manutenção do elemento nacional e ou atração de estrangeiro, sendo que para a imigração revelam-se posicionamentos racistas contra chineses, por sua cultura diferente da ocidental, e classistas contra imigrantes europeus por suas participações em movimentos reivindicatórios, embora melhor afeitos ao trabalho livre como o desejado para a substituição dos escravos. Dentre os que se opunham a utilização dos nacionais (ex-escravos e livres) na substituição, argumentava-se que esses eram refratários ao trabalho sistematizado, indolentes, com tendência à imoralidade e anarquia.

A história das escolas agrícolas no ensino profissionalizante é de fracasso. Tiveram poucos resultados e pouca longevidade as instituições que foram criadas como tal e assim se mantiveram. Molina (2012) procurou ligar esse fracasso à visão tradicional de agricultura, como uma monocultura associada ao latifúndio, e com as características culturais do trabalho agrário brasileiro relacionado à escravidão. Com a facilidade de substituição da terra tornada infértil por novas terras férteis e a abundância de mão de obra escrava, tornava-se desnecessário o investimento em novas técnicas agrícolas tanto de trabalho quanto de manejo do solo e da plantação.

Ferreira (2015), comparando as teses do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro com o de Recife, notou que no Nordeste havia diversidade sobre a quem deveria servir as escolas agrícolas. Enquanto em São Paulo tinha-se em vista cursos

---

superiores para os filhos dos agricultores e nas outras províncias do sul, as escolas agrícolas para ingênuos, no Congresso de Pernambuco se propôs a escola para todas as outras crianças livres do Império.

A solução profissionalizante era apontada na Reforma Couto Ferraz, de 1854, para a pobreza e mendicância das crianças como previsto nos artigos 62 e 63 do Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 (LOBO NETO, 2012). Esse foi outro fator a pesar na história do ensino técnico e profissionalizante e conduzia a uma visão cultural do trabalho manual como castigo ou função inferior, quando ligada a áreas técnicas, sobretudo rural, ou como destinada aos pobres e indigentes, aqueles clientes da caridade, os quais deveriam guardar-se para serem dóceis e submissos (herança da escravidão) e gratos da caridade cristã que os libertaria da vadiagem e delinquência e permitiriam, num futuro, viverem dignamente de seu trabalho livrando o Estado e a sociedade do ônus que poderiam causar. Destaca-se a situação de compulsoriedade que a medida assumiu.

Alguns anos depois de promulgada a Lei do Ventre Livre, com a colocação de um número significativo de ingênuos na condição de livres, a solução projetada por João Alfredo, em 1874, quanto à formação técnica, previa a necessidade de criar escolas profissionalizantes em duas situações distintas: com ensino primário para menores de 18 anos nas fábricas e oficinas e criação de escolas profissionais nos municípios das províncias “em que se ensinarão as ciências e as aplicações que mais convierem às artes e indústrias dominantes ou que devam ser criadas e desenvolvidas” (In BARBOSA, 1942, p. 343). Além disso, o governo poderia criar “escolas do trabalho para meninas” e auxiliar estabelecimentos particulares gratuitos de instrução primária e profissional.

Essa predisposição, mais ou menos na mesma fórmula, foi proposta por Rui Barbosa em seus conhecidos Pareceres, na segunda sessão apresentada em setembro de 1882. Continha em seu Projeto a autorização para que o Governo criasse ou ajudasse a criar, no município da corte, e nos principais municípios de cada província, escolas profissionais destinadas a dar instrução técnica de acordo com o interesse da indústria dominante ou escolas especiais de ofícios e de artes para



---

imediatamente proveito da população. (BARBOSA, 1883, p. 377). Em seus pareceres, Rui Barbosa propunha ainda, a inclusão de matérias profissionalizantes no currículo do Colégio Pedro II. Essa indicação ampliada foi feita pelo Decreto 7.247, de 19 de abril de 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho, sobre o qual os pareceres foram solicitados.

No ocaso do Império, na última Fala do Trono, em 1889, Pedro II (1889, fl. 4) indicava, para a legislatura que se iniciava, que “entre as exigências da instrução pública sobressai a criação de escolas técnicas adaptadas às condições e conveniências locais”.

Como essas soluções não foram aceitas ou aprovadas, o período imperial passou sem uma regulamentação legal geral para qualquer dos ramos da educação, portanto, da educação profissional ou técnica à exceção dos cursos superiores. No entanto, isso não foi impedimento para que se realizasse esse tipo de educação. Segundo Cunha (2005), dez províncias criaram casas de formação de artífices entre 1840 e 1865, sendo o mais importante deles criado por João Alfredo em 1875<sup>4</sup>, na corte, o Asilo de Meninos Desvalidos, mais tarde recebendo o nome de seu fundador: Instituto João Alfredo. A província do Rio de Janeiro possuía três desse tipo de escolas.

Do ponto de vista mais geral, Cunha (2005) advertiu que as iniciativas criadas e mantidas pelo Estado tinham caráter de formação compulsória; já as particulares eram dedicadas ao aperfeiçoamento dos trabalhadores livres e dispostos a uma formação profissionalizante, como foi o caso do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, fundado em 1858 e tiveram outros oito do tipo fundados nas províncias<sup>5</sup>. Essas iniciativas esbarraram na falta de pessoal qualificado para esse tipo de ensino, limitando-se a educação básica e ensino de desenho noturno a artífices sem formação sistematizada. A condição para generalização desse ensino para trabalhadores livres era:

---

<sup>4</sup> O Regulamento do Asilo foi aprovado pelo Decreto n. 5.849, de 9 de janeiro de 1875.

<sup>5</sup> Um exemplo desse tipo de iniciativa particular, ancorada dentro da Família Imperial, sob a liderança do Conde d'Eu, pela Associação Protetora da Infância Desamparada, com sede na Corte, pode ser encontrada na história do Asilo Agrícola Santa Isabel, criado na região entre as cidades de Vassouras e Valença, no Estado do Rio, região cafeeira do Vale do Paraíba. (SCHUELER, 2000)

a) imprimir neles a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de ideias contrárias à ordem política, que estava sendo contestada na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores que passariam a receber salário mais elevados (CUNHA, 2005, p. 4).

Somente em 1906, foi que Nilo Peçanha criou escolas profissionalizantes e as dotou de uma legislação própria. Sua justificativa estava em promover a indústria e as classes trabalhadoras, através de uma formação técnica para o trabalho. Acrescentava a essa já decantada tese da moralidade, a formação intelectual e a inclusão dos filhos de operários pobres, não apenas dos “desvalidos” (CUNHA, 2005).

Um ensino profissional, frequentemente citado, também teve um histórico bastante conturbado de idas e vindas; trata-se do ensino comercial. Foi criado em 1809 por D. João VI e muitas vezes, no século XIX, apareceu associado às escolas de artes e ofícios (GABLER, 2014)<sup>6</sup>.

Essa trajetória geral do ensino profissional nos levou às questões colocadas pelos historiadores da área e tem sua principal formulação na ideia de dualismo no ensino e que se expressa de duas formas: escolas para o povo e escolas para a elite; escolas para formação humanista e literária e escolas profissionalizantes. Embora legalmente essa questão seja mais bem resolvida no presente, na prática, ainda persiste.

### **Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo: ingênuas e desvalidas no serviço livre doméstico.**

A Escola doméstica Nossa Senhora do Amparo foi fundada em Petrópolis, em 1871, pelo padre Siqueira. O sacerdote trabalhou na Guerra do Paraguai e desenvolveu um sentimento patriótico. Tinha uma visão da realidade social com um sentimento ativo, de intervenção. Ele começou a planejar a escola em 1868 e sua

---

<sup>6</sup> Em Juiz de Fora, um grupo de empresários e fazendeiros criaram um curso superior comercial. A Academia de Comércio tinha um projeto ambicioso e instalou-se num prédio de estilo neoclássico especialmente construído para tal. A escola era uma sociedade anônima e seu currículo e arquitetura foi inspirada em projetos franceses. Fracassou e foi doada à Congregação do Verbo Divino que ali criou um colégio particular. Antes fora oferecida aos Salesianos que declinaram (BASTOS, 1982).

---

organização trouxe uma experiência que adquiriu viajando e visitando instituições do gênero que ele queria criar: uma escola para meninas pobres e desvalidadas, onde foram incluídas, posteriormente, as ingênuas.

O Padre Siqueira viajou em busca de escolas para sua obra obtendo, segundo relatos dele próprio, apoio no interior da província do Rio de Janeiro e parte limítrofe da província de Minas Gerais. Pelas descrições, transcritas por Santo Deus e Silva (2014), essas escolas vieram da zona cafeeira entre as duas províncias, ou seja, o Vale do Paraíba: a região mais rica economicamente daquele período. Portanto, a escola foi criada a partir de escolas e assim se manteve até o final do século XIX. Podemos perceber uma relação dessa obra com o mundo rural, especificamente na sua pretensão de agir em função do processo abolicionista que viria a ter seu passo mais decisivo com a lei do Ventre Livre. Sobre isso, notamos no Apelo, publicado em 1868, em que o padre Siqueira afirmou como objetivo criar um estabelecimento para acolher as meninas desvalidas pela perda dos pais na Guerra do Paraguai ou pela abolição da escravatura. Sobre esse segundo, afirmou ser necessário “prevenir uma substituição conveniente e vantajosa ao elemento servil, no seio das famílias” (SANTO DEUS; SILVA, 2014, p 37). Ou como explicitou no programa apresentado a D. Pedro II:

Serão igualmente consideradas como tuteladas e sob todas as condições acima postas, aquelas meninas nascidas, embora de ventre cativo, porém cujos senhores e senhoras as libertarem com o fim de lhes darem uma educação apropriada à sua condição, e depois irem servir como alugadas, ou criadas, nas mesmas casas em que nasceram. (ANDRADE, 1868, p. 3).

A questão acima pode ser colocada no plano do direito civil no qual se pretendia inserir os filhos das escravas nascidos a partir do final de 1871, mas além, quando se aborda a questão da pobreza, é importante salientar a ausência de direitos sociais, especialmente quanto ao aspecto educacional, num contexto em que os direitos sociais do trabalhador são quase inexistentes, baseados em regra, no contraponto ao trabalho escravo. Assim, é preciso mencionar umas das referências sobre as quais se baseia esse estudo: a marcação dos direitos civis, políticos e sociais

---

no Brasil, do século XIX, sob a inspiração da obra de Marshall (1967) sobre esses direitos na Inglaterra e sua colocação na história brasileira por Carvalho (2015).

No aspecto pedagógico, temos poucas informações disponíveis, mas o Pe. Siqueira procurou, por meio de viagens, conhecer estabelecimentos educativos que lhes inspirasse na pedagogia pretendida por ele para sua escola. Ele adotou um sistema que era usado por vários outros asilos, especialmente no Retiro de Santa Tereza, no Rio de Janeiro, com a finalidade de fazer das internas boas mães, domésticas e/ou professoras (PARISI NETO, 2003). O Retiro pertencia à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e era administrado pelas Irmãs da Caridade Vicentinas (Damas da Caridade). O Retiro cuidava de meninas e moças que de lá saíam para o casamento ou como professoras (FAZENDA, 1909; UMA VISITA, 1892)<sup>7</sup>.

Criando uma escola doméstica, o projeto originário do Padre Siqueira era dar instrução primária às meninas e ensinar-lhes a gestão e prática dos serviços domésticos e, posteriormente, adicionou a possibilidade de formação de professoras. Por esse aprendizado e a disposição caridosa das famílias de Petrópolis, o fundador pretendia oferecer, através da escola e por um regulamento, “alugar”<sup>8</sup> as meninas para serviços domésticos ou mesmo empregá-las como tal, a partir dos 18 anos e, se atingissem a idade de 21 anos, deixariam a casa para trabalhar ou se casar. (ANDRADE, 1868, p. 3). Como no Retiro de Santa Tereza, as moças que se casavam levavam um dote formado com parte das rendas que elas próprias geravam durante a permanência na instituição.

Embora aberta no início de 1871, o primeiro estatuto foi publicado no ano seguinte e tem influência da Lei do Ventre Livre. Nota-se isso no uso do termo “alugar”, substituído no Estatuto de 1872 por “servir de criadas” ou empregadas; na constituição

---

<sup>7</sup> O blog de Ben Huser apresenta diversos links de matérias jornalísticas e outros dados sobre o Recolhimento. Pode ser acessado no endereço <https://benhuser.com/2012/08/06/recolhimento-de-santa-teresa-santa-casa-da-misericordia-rj/>.

<sup>8</sup> Esse termo causou inquietação. O padre Siqueira usou-o no documento de 1868 que apresentou ao Imperador D. Pedro II. Nos demais regulamentos da Escola escritos pelo fundador, o termo não apareceu mais. No entanto, esse termo aparece no parágrafo primeiro do artigo segundo da Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, Lei do Ventre Livre. Esse termo foi modificado em algumas obras sobre a Escola, mas mantidas no formato original na obra coordenada pelas Irs. Neli do Anto Deus e Rossana Espindola da\_Silva (2014).

de um pecúlio ou montepio para formação de um dote e dar às meninas uma colocação no final do prazo em que podiam ficar na casa. Os estatutos também previam a aceitação de meninas sem distinção de classe e cor, sendo órfãs ou desvalidas, situação que deveria ser comprovada incluindo a declaração de batismo e de saúde. O regulamento de 1876 incluiu as ingênuas a serem enviadas pelo governo.

O currículo pretendido era bem simples no início: ler, escrever, contar, religião e história sagrada, serviços domésticos de lavar, passar, cozinhar, confeitaria, agulhas e horta e jardinagem. Aos poucos esse currículo se enriqueceu e no Regulamento de 1876 já incluíam noções de gramática, aritmética, sistema métrico, canto, economia doméstica e prática de enfermagem. Esse regulamento deu ênfase à possibilidade da retirada de moças como professoras.

Nos documentos impressos, disponibilizados pela atual mantenedora da Escola Doméstica, não encontramos qualquer menção a uma teoria pedagógica que explique a formação pretendida. No entanto, observando algumas referências encontradas nas narrativas e documentos, podemos perceber alguns elementos que valorizavam a atividade educativa dessa instituição. A escola não assumiu o nome de Asilo, embora tenha elementos suficientes de se tratar de uma instituição asilar<sup>9</sup>, inclusive nos documentos escritos pelo padre Siqueira. Um dos motivos da saída das Irmãs do Imaculado Coração de Maria da direção da Escola foi a regra, pretendida pelo fundador, de que as meninas saíssem a rua duas vezes na semana e pudessem receber visita dos familiares todas as semanas. A divergência não se dava por questões didático-pedagógicas, mas religiosas, já que a Congregação dessas freiras tinha um perfil de clausura. Entre as colaboradoras e a proposta pedagógica, ficou-se com a segunda. No entanto, uma das freiras decidiu ficar por apego às crianças e isso revela um modo de lidar com as internas de maneira mais cuidadosa, o que também tem um ápice no nome dado pelas internas a sua mais importante diretora, Irmã

---

<sup>9</sup> Um asilo é uma instituição com uma função social de abrigo e de educação, no caso de órfãos. Essa escola, apesar de também asilar uma classe de crianças, pode ser caracterizada como internato, pois também admitia crianças cuja família lá as internavam.

Francisca Pia<sup>10</sup>: “Mamãezinha” (HÓSTIA, 1957). Em seus relatórios, o padre não fez referências a questões disciplinares e elas não constam nos Estatutos. As questões acima nos dão uma ideia de como a escola era conduzida. É preciso apontar uma perspectiva para essa escola funcionar e ter sucesso no período de sua criação e organização, pois ter uma formação profissional carecia de uma distinção entre trabalho livre e escravo e a pedagogia deveria diferenciá-los pela formação escolar.

A questão do “cuidado”, muito comum à enfermagem, evidencia a colocação no currículo dessa prática a partir do ensino de técnicas de enfermagem. O cuidado também está presente na formulação clássica do papel da professora em instituições de educação asilar e podemos destacar a ênfase dada na formação da professora em serviço interno com fins ao trabalho doméstico. Essa formação em serviço se dava, também, nas questões doméstico-domiciliares<sup>11</sup> para os quais se afirma, tradicionalmente, como “cuidar da casa”. A formação em serviço dos professores era prevista no decreto 1.331-A de 1854, Reforma Couto Ferraz. E mesmo esse tema, ao lado da questão da formação em escolas normais, foi muito discutido e polemizado no Brasil do século XIX.

O Pe Siqueira se preocupava principalmente com as meninas. Criou um colégio para meninos de pouca longevidade e cogitava uma escola para o sexo masculino nos mesmos moldes do Amparo. Ele estava desde o início, atento à questão da extinção da escravidão e das questões acerca da moralidade feminina e familiar. E essa pretensão aparece nos documentos, mas vamos destacar um editorial do jornal católico *O Apóstolo*, do Rio de Janeiro, dando anúncio do projeto do sacerdote:

Educar convenientemente e dentro das condições de cada um, a mocidade feminina desvalida, cuja miséria tantas vezes as leva à perdição, e até à depravação, é por certo um grande bem: preparar nestas meninas assim

<sup>10</sup> Madre Francisca Pia era sobrinha do Fundador, Padre João Francisco de Siqueira Andrade. Depois de anos como auxiliar do tio e após a morte dele, tornou-se a diretora da Escola e co-fundadora da Congregação Franciscana do Amparo, ordem religiosa projetada pelo Pe. Siqueira para a obra do Amparo como se dizia (HOSTIA, 1957).

<sup>11</sup> No relatório de 1877, “Apelo ao país” o Pe. Siqueira afirmou que todo o serviço interno era feito pelas alunas e que não havia contratado até aquela data uma única criada sequer. Também afirmou que o serviço contava com cinco freiras apenas, sendo uma diretora (in SANTO CRISTO; SILVA, 2014, p. 172). No relatório de 1880, afirmou que todas as professoras eram formadas na própria Escola e isso permitiu retomar as obras de construção do prédio (in SANTO CRISTO; SILVA, 2014, p. 180).

educadas uma classe donde saiam criadas de confiança, por sua educação moral e religiosa, e introduzi-las no interior de nossas casas, é prestar um grande serviço às famílias, que ainda hoje lutam constantemente com dificuldades sérias por falta de mulheres, cuja educação lhes inspire confiança.

Prevenir por meio delas o desequilíbrio que causará a extinção do elemento servil, que nos parece inevitável; e ainda mais estabelecer tão oportunamente uma casa para onde se recolham essas órfãs, que a desgraçada guerra do Paraguai tem feito, é por certo olhar para o futuro do Brasil; é velar pelo seu bem estar procurar que um estabelecimento, como a escola doméstica de Nossa Senhora do Amparo, seja um núcleo de vantagens para a pobreza, que é aí educada; para as famílias que com segurança acharão criadas e governantas de uma educação conveniente; ao governo que o ajuda a vencer grandes dificuldades na substituição do elemento servil, e o livra de cuidados muito sérios e graves embaraços, que lhe devem trazer essa imensidade de órfãs, cujo futuro é um abismo, porque seu arrimo natural morreu em defesa da pátria (A ESCOLA DOMESTICA, 1868, p. 2)<sup>12</sup>.

Esse jornal teve influência importante na corte e nas questões internas da Igreja por seu viés ultramontano, voltado para uma ligação mais rígida com a Sé Romana e oposição dos e aos liberais (GOMES, 2018). Além disso, o jornal apresentou em diversos artigos um projeto de substituição da mão de obra escrava por livre a partir da escolarização dos índios, cativos e ingênuos (PINHEIRO, 2011). Também podemos ver, nas páginas do periódico, a indicação de uma educação feminina voltada para uma base cristã-católica focada na moralidade e educação da menina para a formação da “mãe de família” (PEIXOTO, 2019). Todas essas questões aparecem subsumidas no trecho acima. Ali, o periódico expressa, de maneira bem explícita, um horizonte de expectativa bastante fundado no espaço da experiência, ou seja, expõe de maneira clara, como o Pe. Siqueira e a redação de O Apóstolo compreendem aquele presente e qual tipo de futuro tinham em mente<sup>13</sup>.

A escolha por Petrópolis parece ter relação a dois fatores pessoais do Padre Siqueira: uma saúde débil e o acolhimento e amizade de uma família da cidade

<sup>12</sup> O Pe Siqueira foi um “Voluntário da Pátria” atuando na Guerra do Paraguai como capelão do exército (HOSTIA, 1957).

<sup>13</sup> Paul Ricoeur (2010) propõe em sua filosofia da história, apoiando-se no historiador alemão Koselleck, uma relação entre presente passado e futuro nos conceitos de espaço de experiência, tempo da ação, o horizonte de expectativa, como uma projeção de futuro para o qual se articula a ação com vistas a uma mudança ou conservação, e o passado que nos lega tradições ou no qual tradições foram encerradas. Entendemos que podemos perceber no passado um determinado horizonte de expectativa e avaliar sua realização ou mudança. Também podemos entender as tradições que geram um presente passado ou atual ou mesmo terminadas.

que possuía uma fazenda nos arredores da cidade. A cidade era capital de veraneio não só da família real como de nobres, de diplomatas e ricos da corte. A cidade possuía um número baixo de escravos. Segundo o Censo Imperial de 1872 (RECENSEAMENTO, 1874?) a Paróquia de São Pedro Alcântara possuía 6% da população cativa, sendo que 2,7% do total eram mulheres escravas. Mas, a cidade está na parte serrana do Vale do Paraíba, muito próxima à principal zona cafeeira fluminense, tendo ali residência, alguns dos senhores escravocratas e barões do café. Outra questão que nos chamou atenção, relativa à cidade de Petrópolis foi a concentração de imigrantes alemães e seus descendentes com uma relatada situação de pobreza e abandono pelos poderes públicos (WILLEMS, 1946). Essa realidade explicitada por Willems foi explorada por Silveira Filho (2009) em um artigo para o Instituto Histórico de Petrópolis sobre a prostituição na cidade e a moralidade teutônica, no qual alude a algumas notícias nos jornais locais e diante do silêncio comum em torno do assunto.

As referências de que dispomos, até o momento, são insuficientes para dimensionar o perfil das alunas educadas na Escola Doméstica. Sabemos da existência e acolhimento de meninas negras, pardas e ingênuas. Embora o relato monumentalizado<sup>14</sup> disponibilizado pela Congregação das Franciscanas do Amparo, com boa diversidade e fidedignidade, atestamos a existência dessas meninas por desdobramento da obra para o Asilo Furquim de Vassouras e na dissertação de Leal (2017) sobre a escolarização de mulheres negras na Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo.

O Asilo Furquim foi fundado em 1895 na cidade de Vassouras, umas das primeiras obras da Congregação nascida do serviço a Escola Doméstica N. S. do Amparo. O asilo era parte do testamento do advogado e empresário daquela região, Dr. Caetano Furquim, que doou sua casa, por volta de 1880, um palacete ao estilo e

---

<sup>14</sup> Em “Documento e monumento”, o historiador francês Jacques Le Goff (RICOEUR, 2010), estabeleceu a relação entre esses dois conceitos destacando que o monumento é um legado com intencionalidade explícita do presente sobre o passado, para o futuro e que os documentos são guardados com intencionalidades menos evidentes, mas que todo documento é um monumento, pois passou por alguma seleção. Atualmente a Congregação disponibiliza três obras impressas: uma publicada em 1957 e reeditada em 2013 (HOSTIA, 2013), outra de 1987 (BAGGIO, 1987), ambas sobre o Pe. Siqueira e sua obra e uma terceira, na qual transcreveu diversos documentos originais ou publicados sobre a escola e o sacerdote (SANTO DEUS; SILVA, 2014).



riqueza da época para a fundação de um asilo para meninas. A doação foi feita e aceita pelo município que não instituiu o asilo, mesmo depois de 15 anos, sendo ele realizado pelas Franciscanas do Amparo juntamente com outro Asilo, o Porciúncula, para meninos. Embora a existência dos dois asilos fosse efêmera, tendo já fechados em 1906, ao acompanhar as discussões na Imprensa e na Câmara de Vassouras, percebe-se com clareza que o projeto Furquim estava relacionado com a questão dos libertos e ingênuos<sup>15</sup>.

Parisi Neto (2003), com foco na cultura escolar, apresentou as práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas, mas foi Leal (2017) quem trouxe as evidências documentais da passagem de meninas e professoras negras na Escola do Amparo, apesar do destaque de que cada uma dessas obras restringe-se a períodos temporais distintos. Nesse sentido, é perturbadora a primeira cláusula do testamento do Padre Siqueira que teria morrido entre o final de 1880 e início de 1881:

Não admitir-se na Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, senão meninas exclusivamente pobres e expostas ao desamparo e à miséria. [...] **Não serão consideradas jamais, nesta classe de meninas pobres e desvalidas, as ingênuas ou libertas** (apud. HOSTIA, 1957, p. 149. Grifos meus.).

A conclusão de Pereira (2016, p. 32) para essa cláusula é que essas meninas não deveriam ser aceitas para as classes de professoras, no entanto, Leal (2017) nos apresenta ao menos duas professoras negras do colégio e sugere que a Mamãezinha possuía elementos étnicos de negritude, a partir da foto da mesma existente no museu da escola. Ainda assim, não há elementos que nos permita afirmar que essas duas alunas eram ingênuas ou libertas quando admitidas (uma da Escola Doméstica e outra do Asilo Furquim). O projeto inicial do Padre Siqueira, em 1868, cerca de três anos antes da promulgação da Lei do Ventre Livre, já admitia a aceitação das meninas livres nascidas de ventre cativo:

---

<sup>15</sup> Não há espaço aqui para estender essa questão, apenas apontamos encontrar 44 números, entre 1882 e 1909, em que o Jornal O Vassourense trouxe editoriais, matérias ou transcrições da Câmara e outros veículos de imprensa, de matérias de interesse do tema Asilo Furquim. Depois de fechado, o Asilo foi entregue às Irmãs da Congregação dos Santos Anjos que ali criaram um colégio em 1906. Esse periódico tinha tiragem semanal. Disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

---

Serão igualmente consideradas tuteladas e sob todas as condições acima postas, aquelas meninas nascidas, embora de ventre cativo, porem cujos senhores ou senhoras as libertarem com o fim de lhes darem uma educação apropriada à sua condição, e depois irem servir como alugadas ou criadas nas mesmas casas em que nasceram (in: SANTO CRISTO; SILVA, 2014).

O projeto dessa escola se coloca numa perspectiva católica de caridade que retomaremos adiante, mas, além disso, liga a educação de pobres desvalidas e egressas da escravidão para uma profissionalização voltada para as questões muito íntimas de uma cidade como Petrópolis que viveu uma história de relação com famílias da nobreza. E mesmo após a extinção do Império, tornou-se, por um espaço de tempo, a capital da província do Rio de Janeiro. Atribuímos o sucesso da Escola Doméstica a essa ligação com a convivência familiar pretendido pela elite nacional e altos funcionários públicos do Brasil e outros países. Peçanha (2019) ilustrou bem essa realidade ao analisar a função de doméstica no Rio de Janeiro, capital, na transição entre os séculos XIX e XX. Isso nos permite dizer que a formação doméstica substituiu, para as famílias abastadas, a mão de obra doméstica escrava por domésticas livres e, sob a intervenção da Igreja, moralizadas e confiáveis, como as cativas que criavam como mucamas desde a tenra idade. A profissionalização permite a essas meninas o ingresso no mundo civil do direito, distantes ainda de um direito social.

### **O Colégio Santa Rosa: a indústria e o florescimento das classes urbanas**

O Colégio Salesiano abriu, em Niterói em 1883, depois de um longo período de tratativas do bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda. O bispo conheceu a congregação a partir de uma visita que recebeu de sacerdotes em trânsito para fundar uma obra no Uruguai. Estando na Itália, visitou D. Bosco e sua obra em Turim pela qual tomou forte gosto e passou a insistir na vinda de sacerdotes para sua diocese.

Dom Bosco havia desenvolvido uma espécie de pedagogia que, associada à profissionalização, mantinha um religioso fazendo as atividades com os jovens. Ficou conhecido como Método Preventivo: o bom trabalho e o bom conselho era a

prevenção contra as más influências, o ócio, a libertinagem e o pecado. Além disso, os jovens eram atraídos por pequenas festas, chamadas de Oratórios Festivos, nas quais eram catequisados. Em Turim, ajudava a transformar meninos pobres, oriundos das zonas rurais ou subempregados em operários qualificados (AZZI, 1983a). Outro aspecto importante era a escolarização primária que, no caso brasileiro, se tornava significativo, pois as obras destinadas aos órfãos e desvalidos procuravam dotar as crianças e jovens dessa formação. D. Bosco interditava qualquer tipo de castigo físico ou humilhação pública; para ele, a obediência vinha do amor e não do medo. Como na Escola Doméstica de Petrópolis, havia, portanto, uma pedagogia de proximidade entre mestres e estudantes. Isso lhe valeu o forte empenho do Chefe da Polícia da Capital da República em criar um asilo profissionalizante para os meninos recolhidos pela polícia, em 1899. Embora houvesse grande interesse dos coordenadores da Congregação no Brasil, não foi autorizada pelos líderes italianos (AZZI, 1983b).

A profissionalização ofertada pelos Salesianos pode ser classificada como de interesse urbano-industrial e a importância do Colégio Santa Rosa nesse tema pode ser atestada em 1942, pois foi a única escola salesiana a se adaptar ao regulamento do ensino industrial (CUNHA, 2005, p.56). O ensino profissionalizante salesiano do século XIX versava sobre o ofício de tipografia, encadernação, alfaiataria, sapataria e carpintaria. Ofertavam, também, o ensino comercial (AZZI, 1983a). É nessa constatação que podemos entender o sucesso da obra em Niterói, malgrada a forte campanha em que foram recebidos. Luiz Antônio Cunha se refere à obra salesiana como fracasso. Atribuimos isso ao fato desse autor ter uma visão mais ampliada do Colégio Santa Rosa, observando-o até o século XX. Para ele, a partir de 1910, o ensino de artes e ofícios passa ser mero apêndice do colégio com a atenção dada pelos padres ao ensino secundário, além de fraca articulação para colocação de seus egressos no trabalho (CUNHA, 2005, p. 55ss).

Os Salesianos chegaram a Niterói sob a forte campanha anticlerical de alguns periódicos contra os sacerdotes italianos. Atacados pelos liberais e chamados de jesuítas, corvos e coisas do gênero, os salesianos vieram em apoio aos bispos reformadores, ultramontanos, pois tal “política” eclesial tinha se tornado regra, cada

---

vez mais comum na Igreja, desde o Concílio Vaticano I no papado de Pio XI. Os padres salesianos não contavam com o apoio desses críticos, muitas vezes ferozes, exceto que, por tal oposição, assimilavam mais rapidamente os valores culturais brasileiros, especialmente aqueles importantes para aquela camada social ledora dos jornais. No entanto, de onde viria o financiamento dessa obra senão dos mais abastados? Os salesianos se utilizaram da esmola para criar a escola, mas receberam subvenção estatal e dispensa de taxas e impostos, como praxe de incentivo estatal.

Durante a inspeção por uma comissão da Assembleia da Província, para verificar as denúncias que eram veiculadas pelos jornais, os salesianos receberam, com surpresa, a promessa de uma subvenção da Província do Rio de Janeiro sem que houvessem solicitado. (AZZI, 1982) Os jornais, especialmente *O Apóstolo*, falavam da renda gerada pelas artes e ofícios, mas se pode prever não ser suficiente para uma autonomia financeira do Colégio. Se olharmos para o contexto histórico/social, vemos a Igreja como parte da luta política entranhada na crise do império, em sua última década. Combater a monarquia significava, também, combater a Igreja e vice-versa. De sorte que a subvenção foi recebida com esperança pelos padres, ainda sob intensas críticas que lhes eram dirigidas também nos eventos populares como o carnaval de 1884. (AZZI, 1982)

Azzi (1983a) analisou a questão da abolição, nesse contexto, e o retardo ou pouquíssima participação da Igreja no processo de emancipação: era uma questão pública, político-econômica, mais que uma questão humanitária, evangélica, de exploração e injustiça na visão da Igreja. Diante de tanta pobreza, havia uma opção por determinados tipos de pobres. Mas não tivemos acesso a informações sobre a origem dos alunos do Colégio, mas uma foto, de 1890, da banda de música do Colégio, gerida pelo Padre Rota, deixa perceber uma diversidade de características fenotípicas relativas às variações étnicas brasileiras. O que se pode notar na descrição de algumas pesquisas, sobre a questão da escravidão e sua abolição, é o fato de que, após a lei Áurea e da Proclamação da República, os registros sobre cor desaparecem dos documentos.

---

Padre Lasagna, como representante de D. Bosco na América do Sul, referiu-se aos ingênuos do Brasil, relatando o grande número desses. Expressou seu horror às cenas da escravidão e dos graves problemas sociais já existentes nas cidades e a perspectiva de piora com a extinção da escravidão e assim, colocou-se compreensivamente em aceno à política em implantação no país para a abolição. Nesse contexto, recomendou ao superior a criação de uma missão salesiana no Rio de Janeiro, como insistentemente pedida por D. Lacerda (AZZI, 1983a).

A questão racial, nas corporações de ofício brasileiras, no século XVIII, foi tratada por Santos (2000) tentando mostrar a discriminação que se fazia no acesso a escravos, negros e mulatos em alguns casos. Desse modo, foram reservados a homens brancos alguns tipos de trabalhos manuais já que a indústria foi proibida na colônia. Assim, a escola de ofícios Salesiana seria uma opção que poderia fugir ao preconceito arraigado sobre o trabalho manual ligado à escravidão, ao mesmo tempo que ligada aos ofícios urbano-industriais.

Os salesianos preferiam aqueles meninos que, na pobreza, tinham alguma relação familiar e não necessariamente pobres indigentes ou órfãos. É possível que houvesse esses também, não negariam a origem da congregação. No entanto, diante da aparente incoerência em educar os pobres com dinheiro das elites, vemos duas questões: de um lado, a postura de Leão XIII, indicando uma alternativa de renúncia à participação política na Itália e no estímulo à participação na França. Essa percepção foi claramente tratada, na década de 1890, pelo Padre Júlio Maria: não importa o regime político, mas a defesa de leis católicas (MARTINS, 2013)<sup>16</sup>. Os salesianos, em Niterói, e os franciscanos, em Petrópolis, tiveram o mesmo tipo de atuação; o foco sai do modo de organização do Estado e da política partidária, para a maximização dos benefícios a serem obtidos no contexto.

Em segundo lugar, os católicos são signatários de uma tradição fundada no ideal de caridade e misericórdia (MOLLAT, 1989). Não se pode deixar de notar a estreita preocupação em dotar de autonomia econômica os pobres, sobretudo órfãos,

---

<sup>16</sup> Trata-se do Decreto *Non expedit* para a Itália, em 1888 e a carta *Au milieu des sollicitudes* para a França, em 1892. A postura defendida para o Brasil por Júlio Maria, diante da República era a francesa. (MARTINS, 2013)

---

ao lhes proporcionar uma profissão. É preciso ter em mente a ausência de políticas públicas de assistência e de como se construiu no Brasil, a custo de tropeços, uma singular compreensão de direito social (CARVALHO, 2015).

Mesmo a atitude de receber dos mais abastados e investir nos mais pobres é fundada na tradição católica da justiça distributiva teorizada na filosofia de Santo Tomás de Aquino, na Idade Média: uma visão comunitarista da economia, na qual a propriedade privada não gera recursos totalmente privados, negando ao proprietário o direito de acumulação (BIGO, 1969). Desnecessário lembrar que a Igreja foi um óbice ao desenvolvimento do capitalismo na Europa e, portanto, não se podia esperar de liberais clássicos nenhuma consideração na luta contra os ultramontanos.

Se olharmos para Leão XIII (1891) e sua encíclica de 1891, a *Rerum Novarum*, é possível contextualizar D. Bosco, em Turim, com o desenvolvimento de uma economia e sociedade urbano-industrial e que estaria acontecendo, com largas diferenças, no Rio de Janeiro das décadas de 1880 e 1890.

A partir da República, as diversas políticas entre os republicanos e a rápida volta das elites agrário-exportadora ao governo federal, pode-se perceber a inflexão dos ideais de cooperação de classe como antinomia católica à luta de classes socialista e ao liberalismo econômico.

É nesse contexto que percebemos a opção de educação de meninos pobres, com a qual as ordens religiosas, como a dos salesianos, preocupavam-se em levar uma cultura urbano-industrial aos alunos de suas instituições. A partir disso, é que recebe atenção daquela parcela política, liberal ou conservadora, mas com visão desse processo econômico nascente nas áreas urbanas, em contraposição à dependência ou investimento em escolas agrícolas tão cotejadas e malsucedidas. Também o fracasso de iniciativas de profissionalização que dependessem de mensalidades, uma vez que nossa elite e classes médias estavam voltadas para os cursos superiores e no ensino das letras que davam acesso aos institutos públicos de formação clássica das antigas nobrezas lusas: engenharia, medicina e direito. Afinal, como resumiu *O Apóstolo*, ao defender os salesianos do ataque da imprensa liberal, “a missão deles é só ensinar aos pobres artes e ofícios, formando-lhes o coração

---

segundo os preceitos do evangelho. Para os ricos existem os grandes colégios” (O CLERICALISMO, 1883)<sup>17</sup>.

Aquele grupo político republicano, alijado da República junto com os militares, representantes das classes médias urbanas, foram substituídos pelos barões do café e, em sua breve passagem pelos mecanismos dos governos republicanos, entre uma república e outra, no Estado do Rio de Janeiro, foram apoiadores das escolas religiosas de caridade e profissionalização de menores pobres, à exceção dos mais radicais. Foram da crítica arisca ao apoio à obra salesiana. Isso ocorreu após a participação dos sacerdotes junto ao governo da província na Revolta da Armada, distribuindo alimentos em nome do governo aos pobres e oferecendo o colégio para hospital de campanha. O jornal *O Fluminense*, anunciava, em 1894, em editorial, O início da justiça (1894), anunciava a mudança dessa relação.

### **Para concluir...**

Nessas duas escolas católicas profissionalizantes, criadas na Província do Rio de Janeiro do período Imperial, podemos notar características comuns: 1. A ligação com profissões do mundo urbano; 2. A visão da caridade na instrução de crianças pobres. 3. A preocupação dos religiosos com a mitigação dos problemas sociais relativos ao fim da escravidão. 4. Manutenção da visão católica do trabalho como forma de controle social. 5. A conversão da mão de obra ao trabalho livre.

A caridade tem dupla conotação, seja pela manutenção através de esmolas, seja pela ideia de dar, através de instrução e profissionalização, chances de melhor inserção social das crianças quando crescidas (MARTINS, 2019), o que levaria a uma visão social conservadora de que fazendo isso, eliminavam os problemas sociais agravados com o fim da escravidão e o crescimento de centros urbanos.

A compulsoriedade da profissionalização nos mecanismos estatais assumia uma visão religiosa na atuação católica. O trabalho não pode ser visto como

---

<sup>17</sup> Nota-se uma ironia na afirmação do redator do jornal: os grandes colégios eram muitas vezes católicos e geridos por ordens religiosas aos quais a elite enviavam seus filhos.

---

ocupação inferior, mas adequada a situação socioeconômica dada por uma visão teocrática da estratificação social.

O êxito dessas escolas está exatamente por se tratar de profissionalização para o comércio, indústria, serviços educacionais e domésticos. Enfim, na sua visão de caridade, na sua atuação sobre crianças pobres e desvalidas, a Igreja participou do surgimento de um tipo de educação profissionalizante de relativo sucesso. A relativização a que nos referimos se vale da sua criação e manutenção em longo espaço de tempo, embora mudem sua trajetória no século XX. Continuaram existindo e foram abandonando aos poucos os pobres e a profissionalização como seu foco principal.

Essas mudanças estão relacionadas à necessidade de sustento material tanto dos religiosos como da obra escolar/caritativa (a própria escola e outras obras não escolares); a importação de uma pedagogia europeia que esses religiosos implantam, alternativa ao protestantismo americano e a falta total de uma pedagogia nas escolas públicas e particulares brasileiras, atraem o interesse das classes médias urbanas que demandam por escolas que as colocasse na senda das elites.

Uma pedagogia para a formação de mão de obra na transição do trabalho escravo ao trabalho livre necessitava estabelecer uma relação também nova entre professores e alunos. O trabalho escravo, muitas vezes marcado pela violência e pela redução do outro a objeto, não podia ser substituído através de uma pedagogia que reproduzisse essas relações.

## Referências

A ESCOLA DOMESTICA de Nossa Senhora do Amparo **O Apostolo**, Rio de Janeiro, 16 ago. 1868, ano III, n. 33, p. 2 (258). Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/926>. Acesso em 09 jul. 2020.

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. **Utopia e crise social no Brasil**; 1871-1916; O pensamento do Padre Júlio Maria. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.



---

ANDRADE, João Francisco de Siqueira. Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo em Petrópolis. **Correio Mercantil**, Rio de Janeiro, ano XXV, n. 236, p.3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/217280/29509>. Acesso em 16 jul. 2020.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1943.

AZZI, Riolando. **Os Salesianos no Rio de Janeiro**; Os primórdios da obra salesiana (1875-1884). São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1982. Vol. 1.

AZZI, Riolando. **Os Salesianos no Rio de Janeiro**; A implantação da obra salesiana (1884-1894). São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1983. Vol. 2.

AZZI, Riolando. **Os Salesianos no Rio de Janeiro**; A organização da obra salesiana (1894-1908). São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1983. Vol. 3.

BAGGIO, Hugo D. **Padre Siqueira**; Uma resposta à educação do menor carente no Brasil. Petrópolis: Congregação das Irmãs Franciscanas do Amparo, 1987.

BARBOSA, Rui. **Obras completas**; Reforma do ensino secundário e superior. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. Vol. IX, Tomo I.

BARBOSA, Rui. **Reforma do Ensino Primário** e várias instituições complementares de instrução pública. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

BASTOS, Wilson de Lima. **Academia de Comércio de Juiz de Fora**; O 1º Instituto superior de Comércio no Brasil - Subsídios para a história e a historiografia. Juiz de Fora: Ed. Paraibuna, 1982.

BIGO, Pierre. **A doutrina social da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1969.

BRASIL. **Decreto nº 1.331-A**, de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.849**, de 09 de janeiro de 1875. Aprova o Regulamento do Asylo de meninos desvalidos. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5849-9-janeiro-1875-549781-publicacaooriginal-65299-pe.html> Acesso em 08 jul. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.247**, de 19 de abril de 1879 Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em

---

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html> Acesso em 07 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 2.040**, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm). Acesso em 08 jul. 2020.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo/Brasília: Unesc/Flacso, 2005.

FAZENDA, Vieira. Os provedores da misericórdia; XXXIII. **A Notícia**, Rio de Janeiro, 25 maio 1909, ano XVI, n. 117, p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/830380/15025>. Acesso em 08 jul. 2020.

FERREIRA, Leonardo da Costa. **Educação, escolas e trabalho; Projetos e reformas educacionais entre o Império e a República brasileira (1878-1909)**. 2015. 208f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015. Disponível em <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1747.pdf>. Acesso em 07 jul. 2020.

GABLER, Louise. Aula de Comércio da Corte. ARQUIVO NACIONAL; **Memória da Administração Pública Brasileira** (MAPA). Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/259-aula-de-comercio-da-corte-1822-1889> Acesso em 08 jul. 2020.

GOMES, Eveline Viterbo. **Os operários da fé e a divulgação da ordem religiosa: o projeto de educação católica em O Apostolo (1866-1882)**. 2018. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

HÓSTIA, Áurea de Jesus. **O Padre Siqueira; sua via e sua obra**. Petrópolis: Vozes, 1957.

LEAL, Luciana Silva. **Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo de escolarização de mulheres negras na primeira república (1889-1910)**. 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em

---

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/20221/2/Luciana%20Silva%20Leal.pdf>.

Acesso em 07 jul. 2020.

LEÃO XIII. **Rerum novarum**. 1891. Disponível em:

[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html). Acesso em: 12 jul. 2010.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Documento e Memória: Leôncio de Carvalho (1847 – 1912) e a educação imperial. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 10, n. 15, 2012. Disponível em <https://doi.org/10.22409/tn.10i15.p6869>. Acesso em 07 jul. 2020.

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e “Status”**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 57-87.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. A caridade na ausência da cidadania: escolarização católica gratuita de crianças pobres no Rio de Janeiro na transição Império-República. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 44, n. 02, p. 341-357, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.5216/ia.v44i2.56705>. Acesso em 09 jul. 2020.

MARTINS, Marco Aurélio Corrêa. **Padre Júlio Maria e a apologética da Igreja do povo: o ideal de república democrática no final do século XIX e a educação**. Tese (Doutorado em educação). 218f. 2013. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: Limites e falências (1877 A 1936). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 12, n.46, jun2012, p. 309-324. Disponível em <https://doi.org/10.20396/rho.v12i46.8640088>. Acesso em 08 jul. 2020.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura **O negro, da senzala para escola: A educação nos Congressos Agrícolas do Rio de Janeiro e Pernambuco (1878)**. Curitiba: Atena, 2017.

O CLERICALISMO. **O Apóstolo**, Rio de Janeiro, 14 dez. 1883, ano XVIII, n. 141, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/343951/8707> Acesso em 13 jul. 2020.

O INÍCIO da justiça. **O Fluminense**, Niterói, 11 maio 1894, ano XVI, n. 2449, p. 1. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/100439\\_03/2579](http://memoria.bn.br/DocReader/100439_03/2579). Acesso em 17 jul. 2020.

---

PARISI NETO, Reinaldo. Práticas educativas envolvendo desvalidas e ingênuas; A institucionalização da Escola Doméstica de Nossa Senhora do Amparo, no Brasil Império (1864-1889). In: 14º Congresso de leitura do Brasil; 25 anos. **Anais**. Campinas, UNICAMP 22 a 25 de julho 2003. Disponível em [http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes\\_anteriores/anais14/Sem08/C08036.doc](http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais14/Sem08/C08036.doc). Acesso em 11 ago. 2016.

PEÇANHA, Natália Batista. O Serviço doméstico e o mundo do trabalho carioca: uma análise das relações de trabalho de criadas nacionais e estrangeiras na passagem do século XIX para o XX. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 11-28, maio/ago. 2019. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/view/40150> Acesso em 09 jul. 2020.

PEDRO II. Fala de 1889; n. 124. In: **FALLAS do trono**. Documento manuscrito. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/documentos- apenas/fallas-do-throno> acesso em 07 jul. 2020. Manuscritos.

PEIXOTO, Anderson Bruno Ribeiro. **O modelo de educação católica, sob a ótica do jornal “O APÓSTOLO” e suas orientações**. Rio de Janeiro. 2019. 57f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Escola de Educação Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, Edna Braga. **A educação de crianças pobres e desvalidas na segunda metade do século XIX**; a contribuição da Igreja na educação profissional como alternativa à pobreza. 2016. 40f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Escola de Educação. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <http://www.biblioteca.unirio.br/cchs/educacao/graduacao/pedagogia-presencial/EDNABRAGAPEREIRA.pdf>. Acesso em 09 jul. 2020.

PINHEIRO, Alceste. Catequese indígena e educação do escravo e liberto: antídotos à imigração em “O Apóstolo”. In: XII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões, 2011, Juiz de Fora. Experiências e interpretações do sagrado: interfaces entre saberes acadêmicos e religiosos. **Anais dos Simpósios da ABHR**. Juiz de Fora: ABHR, 2011. v. 12.

**RECENSEAMENTO do Brazil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. vol. 1. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em 09 jul. 2020.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Tomo III.

---

ROCHA, Marlos B.M. da. O ensino elementar no Decreto Leôncio de Carvalho: visão de mundo herdada pelo tempo republicano? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 126-147, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782010000100009>. Acesso em: 7 jul. 2020.

SANTO DEUS, Neli do; SILVA, Rossana Espíndola da (orgs.). **Padre Siqueira; Escritos, crônicas e outros testemunhos**. Petrópolis: Congregação Franciscana do Amparo, 2014.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da Educação profissional. In: LOPES; Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cyntia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. pp. 205-224.

SARAIVA, Luiz Fernando. **Um correr de casas, antigas senzalas; A transição do trabalho escravo para o livre em Juiz de Fora. 1870 - 1900**. 2001. 196f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. A “infância desamparada” no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880 – 1886). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 26, n.1, Jan./Jun. 2000. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022000000100009>. Acesso em 09 jul. 2020.

SILVEIRA FILHO, Oazinguito Ferreira da. Contribuição à história social petropolitana: Prostituição na colônia alemã (2009). **Instituto Histórico de Petrópolis**. Disponível em: <http://ihp.org.br/?p=319> Acesso em 08 jul. 2020.

UMA VISITA ao Asylo das Orphãs da “Santa Casa de Misericórdia”. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 07 mar. 1892, ano VIII, n. 3601, pp 1-2. Disponível em [http://memoria.bn.br/DocReader/178691\\_02/4872](http://memoria.bn.br/DocReader/178691_02/4872). Acesso em 09 jun. 2020.

WILLEMS, Emílio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**. Col. Brasiliana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/336/1/250%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em 08 jul. 2020.

**Marco Aurélio Corrêa Martins**

**Rio de Janeiro, RJ, Brasil.**

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013) Atualmente é professor do Departamento de Fundamentos da Educação da Escola de Educação/Centro de Ciências Humanas da UNIRIO.

**Email:** marcoaureliocorrearmartins@gmail.com

**Link do Lattes:** <http://lattes.cnpq.br/7947746503172967>

**Recebimento:** 22/07/2020

**Aprovação:** 04/09/2020

**Q.Code**

**Editores-Responsáveis**

Dr. Enéas de Araújo Arrais Neto, Universidade Federal do Ceará, UFC, Ceará, Brasil

Dr. Sebastien Pesce, Universidade de Orléans, França